

Documento de trabalho 7a

7 Exercício da actividade de controlo: perguntas parlamentares e relatórios sobre o sistema Echelon

Quase todos os parlamentos nacionais debateram a questão da existência de um sistema denominado Echelon e das dimensões que poderia assumir. Exercendo a sua função de controlo sobre o governo, obtiveram – colocando-lhe questões parlamentares – informações sobre o tema. Os parlamentos belga e francês até já elaborarem relatórios sobre a matéria. Reproduzimos seguidamente, no essencial, as principais informações publicadas.

7.1 Bélgica

Relatório

A Comissão de Controlo Belga “Comité Permanent R” pronunciou-se já em dois relatórios sobre o tema Echelon.

O “Relatório de actividades 1999” dedica um capítulo específico às reacções dos serviços de informação belgas à eventual existência de um sistema Echelon de controlo das comunicações. O relatório, que comporta umas boas 15 páginas, chega à conclusão de que ambos os serviços de informação belgas, designadamente Sûreté de l’Etat e Service général du Renseignement (SGR), apenas foram informados sobre o Echelon através de documentos públicos.

O “Relatório complementar de actividades 1999” examina de uma forma sensivelmente mais detalhada o sistema Echelon. Pronuncia-se sobre os estudos do STOA e dedica uma parte da exposição à descrição das condições-quadro de natureza técnica e legal da escuta de telecomunicações. Nas suas conclusões, refere que o Echelon existe efectivamente, sendo também capaz de escutar todas as informações transmitidas por satélite (cerca de 1% do número total das chamadas telefónicas internacionais), desde que a procura seja efectuada com base em palavras-chave, e que as suas capacidades de descodificação são muito superiores às descritas pelos americanos. Persistem dúvidas quanto à veracidade das declarações de que em Menwith Hill não é praticada qualquer espionagem industrial. Salieta-se expressamente que é impossível verificar com toda a certeza o que Echelon faz ou não faz.

Pergunta de 17.2.2000

Em 17.2.2000, os Senadores Josy Dubié, Frans Lozie e Georges Dallemagne dirigiram ao Vice-Primeiro Ministro e ao Ministro dos Negócios Estrangeiros perguntas sobre o Echelon.

Na sua resposta, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Louis Michel, afirmou que lhe parece altamente provável a existência de uma rede electrónica de escuta. As informações constantes dos relatórios STOA confirmam as suspeitas já existentes. Embora a constante reiteração de declarações resulte sobretudo de deduções e interpretações, em si já problemáticas, os EUA parecem tender efectivamente para confirmar estes elementos. A desclassificação de documentos

da NSA é disso um indício. Se se confirmar a existência deste programa, o Governo será confrontado com uma situação inaceitável. Segundo o Ministro dos Negócios Estrangeiros, o Governo deverá analisar o impacto do Echelon sobre a sociedade belga, a fim de assegurar a integridade da Bélgica, mas também aplicar todos os meios para medir as consequências económicas e sociais.

Pergunta de 6.7.2000

Em 6.7.2000, o Senador Philippe Moureaux dirigiu ao Ministro dos Negócios Estrangeiros uma pergunta em que pretendia saber se a Bélgica poderia introduzir uma acção perante o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem por violação dos direitos garantidos pela Convenção.

Na sua resposta, o Ministro das Telecomunicações, Rik Daems, em nome do Ministro dos Negócios Estrangeiros, referiu que as autoridades britânicas declararam expressamente que o seu serviço de informações está autorizado a efectuar escutas, não só por razões que se prendem com a segurança nacional e com a grande criminalidade, mas também, como salientou expressamente, para salvaguardar o bem-estar económico.

Do ponto de vista jurídico, existem poucas informações sobre os fundamentos políticos e legais do Echelon, pelo que é difícil identificar as responsabilidades e determinar a base jurídica em que se poderia fundar uma acção judicial. Nas suas considerações subsequentes sobre o direito ao respeito da vida privada, consignado no artigo 8º da Convenção Europeia dos Direitos Humanos, o Ministro salienta que determinadas ingerências são permitidas, mas que a salvaguarda do bem-estar económico de um país não constitui uma justificação (esta afirmação é infundada, observação do relator). Referiu ainda que o Echelon é um sistema secreto de escuta, operado pelos EUA em cooperação com os seus aliados anglo-saxões a nível mundial. A presumível configuração da rede, a sua origem extra-europeia e o seu raio de acção constituirão obstáculos a uma acção perante o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. O Tribunal Europeu dos Direitos do Homem foi instituído para controlar o respeito dos compromissos assumidos pelos Estados e denunciar violações. A execução das sentenças é, no entanto, da competência do Estado em causa. O mecanismo europeu de protecção dos direitos do Homem não está, por conseguinte, vocacionado para enfrentar um sistema transnacional criado por diversos Estados. Não é provável que uma acção comunitária reúna o consenso de todos os Estados-Membros da UE. Uma acção individual de um Estado-Membro seria, em contrapartida, difícil de sustentar, em virtude da complexidade da questão; no entender do Ministro dos Negócios Estrangeiros, as desvantagens que um tal procedimento comportaria para a Bélgica ultrapassariam as vantagens simbólicas.

Parecer do Ministro das Telecomunicações, Rik Daems

Na sequência da resposta à pergunta acima referida, o Ministro das Telecomunicações tomou a iniciativa de se pronunciar sobre o presumível sistema de escuta global Echelon.

No seu entender, é inegável que a existência de um tal sistema é tecnicamente viável. É possível desenvolver um sistema capaz de interceptar e compreender determinados fluxos de comunicação. Caso se consiga reproduzir o tipo de descodificação, consegue-se ler e compreender mensagens dirigidas a uma outra pessoa. Esta é a essência de um sistema de escuta. Além disso, é possível aplicar este sistema em grande escala. Pode-se operar com base em

palavras ou cadeias, combinando bits e bytes. Desta forma, podem isolar-se todas as comunicações que contêm, por exemplo, a palavra “bomba” para verificar se têm algo a ver com terrorismo. Pode-se mesmo criar um controlo sistemático de comunicações que contêm uma determinada palavra. É efectivamente possível controlar, de uma forma fiável, a grande quantidade de informações. Se se dispuser das capacidades necessárias, é possível filtrar todas as mensagens potencialmente importantes com base num determinado número de elementos-chave. Tendo em conta que, para além da palavra “bomba”, se podem igualmente escolher palavras como “cereais”, “dinheiro” ou “petróleo”, é igualmente possível controlar mensagens de importância económica.

Prevendo-se o controlo democrático necessário, é possível passar a sistemas de escuta que protegem a comunidade, mas que exigem amplas medidas de segurança. Neste contexto, há que ponderar os interesses. É difícil saber em que medida um tal sistema deve ser submetido a um controlo democrático. Um sistema perde a sua utilidade, quando as pessoas que utilizam abusivamente uma comunicação se organizam de forma diferente. Convém não esquecer que os meios criminosos dispõem de cada vez mais meios de investimento, o que significa que as autoridades encarregadas da luta contra estes meios criminosos devem estar em situação de vantagem em relação aos mesmos. Para combater as actividades criminosas, é essencial preservar o carácter secreto do sistema.

Um sistema abrangente de interceptação suscitará, no entanto, problemas, já que a confiança no sistema de comunicação utilizado constitui um dos seus factores de êxito. Quando esta confiança é abalada, por se suscitar a impressão de que a informação não é individual, o sistema desmorona-se.

É, por isso, compreensível que este tipo de sistemas de interceptação tenha um carácter tão secreto. O principal factor de êxito de um sistema de comunicação baseia-se, em todo o caso, na confiança depositada no sistema. O debate actualmente em curso na Europa terá enormes efeitos económicos sobre todos os sistemas de comunicação que hoje são desenvolvidos. Este debate requer, por esse motivo, uma certa prudência.

O sucedido é, todavia, absolutamente inaceitável. Quando se intercepta uma determinada informação para a utilizar de forma abusiva, está-se a infringir as regras da concorrência e a violar os princípios do mercado interno. Esta questão deveria ser estudada a nível europeu, ainda que seja apenas para analisar de forma hipotética a reacção a um problema desta natureza a nível europeu. Quando o Comissário Europeu responsável pelo mercado interno constata que uma empresa ou uma autoridade infringe as regras da concorrência, pode intervir directamente. Não são precisos grandes debates. O Comissário Likaanen, responsável pela sociedade da inovação e da informação, estaria eventualmente disposto a estudar esta hipótese e as suas consequências.

O Ministro das Telecomunicações comunicou ainda a sua intenção de entrar em contacto com o Sr. Utsumi, Secretário-Geral da União Internacional das Telecomunicações (UIT). Tendo em conta que a UIT não só é responsável pela segurança das telecomunicações como também pelas radiofrequências e licenças de satélite, solicitará ao Secretário-Geral que sejam estudadas as consequências deste sistema hipotético.

7.2 Dinamarca

Pergunta de 12.10.1999

Em 12.10.1999, os Ministros competentes foram convidados a dizer o que sabiam sobre o Echelon e outros sistemas de escuta.

O Ministro da Defesa, Hans Haekkerup, declarou claramente que o serviço de informações militar dinamarquês (FET) não participa no Echelon e não contribui de qualquer outra forma para o Echelon. Afirma ignorar se as afirmações sobre o Echelon publicadas na imprensa são correctas.

O FET tem como missão recolher, avaliar e dar seguimento a informações militares, políticas, económicas, técnicas e científicas, a fim de informar o Governo e as instituições de defesa da Dinamarca sobre a situação no estrangeiro, na medida em que esta disser respeito a interesses dinamarqueses no domínio da segurança. O FET interessa-se, por esse motivo, apenas pela recolha de informações sobre situações no estrangeiro. Dado dispor de capacidades limitadas, o FET é obrigado a cooperar com os serviços de informação de outros Estados. Tendo em conta a sensibilidade do tema, não é possível fornecer informações mais detalhadas sobre a matéria.

Remetendo para as suas declarações perante a Comissão dos Assuntos Europeus dinamarquesa, o Ministro da Defesa referiu ainda que, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o FET dispõe de capacidades para explorar um serviço electrónico de informações, que é regularmente modernizado. As actividades do FET incidem sobre informações provenientes do estrangeiro e não têm como objectivo escutar comunicações de cidadãos ou empresas dinamarqueses na Dinamarca. O FET também não recebe quaisquer informações desta natureza por parte de outros serviços de informação de parceiros. Graças à introdução de determinados procedimentos, é possível assegurar que não é escutada qualquer comunicação nacional. Fornecera já informações detalhadas sobre esta matéria à Comissão de Controlo (Udvalget vedrørende efterretningstjenesterne).

No que se refere à questão de saber se outros Estados escutam comunicações na Dinamarca, não dispõe de qualquer informação segura, mas imagina que tal possa acontecer. Desde que os sinais de satélites possam ser interceptados, qualquer um que disponha da técnica adequada o poderá fazer.

Parece-lhe ser igualmente muito plausível que exista uma cooperação entre a Alemanha e a França, mas não dispõe de informações concretas. Não sabe igualmente se existe uma cooperação do tipo Echelon, mas considera que tal é perfeitamente possível. A interceptação é uma realidade técnica, e a única resposta a este problema é uma criptagem segura. A celebração de acordos internacionais não é, em contrapartida, uma solução, uma vez que apenas se cria uma falsa sensação de segurança. Mesmo que fosse possível obrigar determinados países a renunciar às possibilidades, os países que neste contexto são importantes prosseguiriam as suas actividades.

Para terminar, o Ministro dos Negócios Estrangeiros salientou que o FET não pratica a espionagem industrial, dado não ser esta a sua missão. Os interesses no sector industrial

limitam-se à proliferação de armas e especialmente à tecnologia das armas nucleares, biológicas e químicas, assim como aos produtos de utilização dual.

Pergunta de 7.4.2000

Em 7.4.2000, a Comissão dos Assuntos Jurídicos dirigiu ao Governo uma pergunta¹, em que se pretendia saber que iniciativas o Governo tencionava adoptar para assegurar que os cidadãos possam utilizar as comunicações electrónicas sem o risco de serem escutados, que iniciativas o Governo tencionava adoptar a nível internacional para banir a escuta de comunicações electrónicas civis, assim como a posição do Governo relativamente a um estudo a nível da UE sobre a escuta de comunicações electrónicas.

Foi apresentada ainda uma segunda pergunta², em que se convidava o Ministro a fornecer informações sobre o sistema de escuta global Echelon e sobre os esforços envidados pelas autoridades dinamarquesas para impedir a espionagem contra políticos dinamarqueses, organizações humanitárias, empresas e cidadãos.

O Ministro da Justiça, Frank Jensen, remeteu para informações anteriormente fornecidas pelo Governo ao Parlamento, bem como para o relatório sobre a política de criptagem, apresentado pelo Ministro da Ciência à Comissão dos Assuntos Europeus dinamarquesa, e salientou que é necessário consciencializar a população para a necessidade de garantir a segurança das comunicações. É necessário acompanhar os desenvolvimentos internacionais, mas há igualmente que respeitar as necessidades da polícia que, no respeito da segurança jurídica, deve poder utilizar no futuro também métodos de investigação modernos com vista à prevenção e detecção de actividades criminosas. O Ministro da Justiça salienta a importância que reveste, neste contexto, tanto uma criptagem segura como também uma perseguição penal eficaz, chamando a atenção para a utilização de criptagem e de formas modernas de comunicação pelos meios criminosos, assim como para a existência de um comércio livre internacional de produtos de criptagem.

Quanto à questão da posição do Governo dinamarquês relativamente a um estudo europeu sobre o Echelon, o Ministro da Justiça considera não existir qualquer razão para que a Dinamarca proponha um inquérito a nível europeu. O Governo não dispõe de informações sobre o Echelon mais detalhadas do que as já publicadas na imprensa e nos relatórios do Parlamento Europeu. Salienta que todos se devem ajustar ao desenvolvimento tecnológico, que oferece vantagens, mas comporta igualmente a desvantagem da escuta, independentemente do Echelon. Não tem conhecimento de que sejam escutadas empresas dinamarquesas ou de que existam suspeitas concretas a este respeito. No decurso do debate, considerou não ser possível introduzir uma regulamentação internacional dos sistemas de interceptação.

7.3 Alemanha

Pergunta de 30.4.1998

¹ F 55

² F 56

Angelika Graf, deputada do SPD, colocou ao governo uma pergunta pretendendo saber desde quando o mesmo tem conhecimento de que a NSA transmite directamente à sua central, nos Estados Unidos, nomeadamente através da base americana de Bad Aibling, as informações resultantes da espionagem industrial.

Eduard Lintner, secretário de Estado, respondeu que o governo federal não dispõe de qualquer informação nessa matéria.

Pergunta de 13.5.1998

Manfred Such, deputado dos Verdes, perguntou ao governo federal de que informações dispunha sobre o sistema descrito no relatório do STOA.

Kurt Schelter, secretário de Estado, respondeu, em 13 de Maio de 1998, que o governo federal não possui informações seguras que confirmem as afirmações formuladas no relatório quanto à existência, operadores, missões, métodos de trabalho e campo de vigilância do sistema Echelon. No entanto, o governo considera tecnicamente impossível a amplitude do campo de vigilância referido no documento.

Pergunta de 15.3.2000

Os Deputados do FDP Otto, Funke e outros dirigiram, em 15.3.2000, uma pergunta escrita ao Governo Federal sobre o sistema de escuta Echelon.

Por carta de 14.4.2000, o Governo Federal pronunciou-se como segue:

O Governo Federal tem conhecimento das afirmações do estudo do STOA sobre o Echelon. Actualmente, é impossível afirmar com segurança se o cenário esboçado no estudo corresponde à realidade ou se apenas se trata de especulações sobre o que é tecnicamente executável. Impõe-se, no entanto, um certo “cepticismo relativamente à impressão veiculada pelo estudo do STOA de um controlo global que interfere em todos os domínios privados, estatais e económicos”.

Desde a publicação do relatório que serviços especializados do Governo Federal se têm dedicado à análise e avaliação das diversas afirmações, tendo a Comissão de Controlo competente (PKGr) sido informada dessa avaliação. Segundo essa avaliação, as possibilidades e capacidades técnicas descritas nos estudos que circulam nos diversos meios de comunicação são “em muitos aspectos altamente exageradas”.

No que se refere à existência do Echelon, o Governo Federal pressupõe que, durante o confronto Este-Oeste, existiu uma cooperação entre diversos países anglófonos no âmbito da espionagem electrónica das telecomunicações, com a designação Echelon. O Governo Federal não dispõe de informações concretas sobre a situação actual. Não dispõe igualmente de quaisquer informações sobre ameaças à vida privada dos cidadãos ou à competitividade da economia alemã.

No que se refere à estação americana em Bad Aibling (Alemanha), esta serve para captar comunicações militares de alta frequência e via satélite, não estando, portanto, orientada para os sistemas de telecomunicações privados. Os dados obtidos são igualmente transmitidos ao serviço

alemão de informações BND. As actividades são desenvolvidas com base no estatuto das tropas da NATO, pelo que seria ilegal uma acção lesiva dos interesses da República Federal da Alemanha. Do lado americano, foi igualmente por diversas reiterado que, em Bad Aibling, não são desenvolvidas quaisquer actividades susceptíveis de lesar os interesses da RFA. Em 1999, na sequência do debate público sobre a espionagem industrial, o Governo Federal encetou igualmente conversações com os Estados que supostamente participam no Echelon e informou o PKGr dessas conversações. O Governo Federal declarou já por diversas vezes “que não dispõe de quaisquer elementos concretos que atestem a veracidade dos numerosos relatos publicados nos meios de comunicação, incluindo sobre espionagem económica”.

7.4 Finlândia

Pergunta de 8.6.1998

Em 8.6.1998, o Deputado Pentti Tiusanen dirigiu ao Ministro dos Assuntos Internos uma pergunta¹, em que perguntava se a Finlândia participava na cooperação Echelon e se o Governo sabia se a UE coopera com a NSA e o FBI no domínio da vigilância electrónica.

O Ministro dos Assuntos Internos, Jan-Erik Enestam, respondeu que não existe qualquer cooperação da Finlândia com o sistema de vigilância Echelon. Enquanto Estado-Membro da UE, a Finlândia não participa em qualquer cooperação no domínio da escuta electrónica nem está representada em qualquer órgão da UE que tenha concluído acordos sobre esta matéria. Na UE, a segurança de Estado continua a ser da competência dos Estados-Membros e, por esse motivo, a interceptação electrónica ao serviço da segurança nacional ou de serviços de informação não se inscreve no âmbito de competências das instâncias decisórias a nível europeu. É, no entanto, possível que alguns Estados tenham celebrado acordos bilaterais neste domínio ou façam parte de sistemas de defesa internacionais.

O Governo finlandês salienta que, na Finlândia, a escuta de telecomunicações e a vigilância de telecomunicações apenas é autorizada com base na lei relativa às medidas policiais de coerção e exclusivamente nestes casos.

Pergunta de 25.2.2000

Em 25.2.2000, o Deputado Arto Seppälä endereçou ao Ministro dos Assuntos Internos, Kari Häkämies, uma pergunta escrita, em que pretendia saber que medidas o Governo tencionava adoptar para proteger a transmissão de dados a nível nacional contra a espionagem do sistema Echelon.

Na sua resposta de 21.3.2000, o Ministro dos Assuntos Internos Seppälä referiu que a espionagem de sinais electrónicos é utilizada por muitos Estados há muitos decénios, pelo que não se trata de um problema novo. O sistema Echelon foi já debatido pelo PE há alguns anos. O Echelon não é o único sistema que pratica a espionagem de sinais electrónicos, mas é provavelmente o de maiores dimensões dentro do género. O Ministro Finlandês dos Assuntos

¹ KK 709/1998

Internos salientou ainda que a vizinha Rússia dispõe de um serviço de “sigint”, denominado FAPSI, com mais de 54.000 empregados.

Quanto a Echelon, referiu que se trata de um sistema baseado na espionagem de sinais electrónicos, criado em 1947 e então dirigido contra a União Soviética e o bloco de Leste. Os estados participantes são o Reino Unido, os EUA, o Canadá, a Nova Zelândia e a Austrália. O Echelon foi utilizado sobretudo para a recolha de informações políticas e militares no âmbito do Pacto de Varsóvia, tendo os seus objectivos sido posteriormente alargados para alvos não militares como sejam o terrorismo, o tráfico de drogas e o branqueamento de capitais. Recentemente surgiu a suspeita de que os EUA utilizam o Echelon para a espionagem industrial. Uma vez que actualmente existe uma grande quantidade de informações confidenciais em formato electrónico, existe também um risco elevado de interceptação deste tipo de informações. O papel-chave no âmbito da segurança das informações electrónicas cabe aos utilizadores, que, ao exercerem as suas actividades, devem ter consciência do risco e utilizar uma criptagem suficientemente segura.

Além disso, o Ministro dos Assuntos Internos refere que, no seu relatório anual, a polícia de segurança finlandesa (SUPO) chama a atenção para os riscos e assegura uma protecção preventiva informando as empresas e as autoridades sobre os eventuais perigos. O Ministro dos Assuntos Internos chama a atenção para um grupo de trabalho existente no seio do Ministério das Finanças que, desde 18.2.2000, está a elaborar uma recomendação sobre a criptagem no sector público. Refere, além disso, que quanto mais a criptagem é praticada e a sua aplicação se generaliza, mais rapidamente os operadores de sistemas de telecomunicações começarão a utilizar uma criptagem normalizada. Tal permitiria impedir sistemas de espionagem de sinais electrónicos como o Echelon.

Em 11 de Outubro de 2000, o Ministro dos Assuntos Internos, Ville Itälä, deu uma resposta do mesmo teor a uma segunda pergunta, apresentada por Jari Vilén em Setembro de 2000.

7.5 França

Relatório

Em França, a Comissão da Defesa Nacional apresentou à Assembleia Nacional um relatório sobre os sistemas de interceptação¹.

Após uma análise aprofundada dos diversos aspectos, o relator, Arthur Paecht, conclui que o Echelon existe e que se trata do único sistema de vigilância multinacional conhecido. As capacidades do sistema são reais, mas este atingiu os seus limites, não só porque os meios utilizados deixaram de conseguir acompanhar a explosão das comunicações, mas também porque determinados alvos aprenderam a proteger-se de interceptações.

¹ Relatório de informação apresentado nos termos do artigo 145º do Regimento pela Comissão da Defesa Nacional e das Forças Armadas, sobre os sistemas electrónicos de vigilância e de interceptação passíveis de pôr em causa a segurança nacional, nº 2623 Assembleia Nacional, registado na Presidência da Assembleia Nacional em 11 de Outubro de 2000.

O sistema Echelon desviou-se dos seus objectivos primitivos, que estavam ligados à Guerra Fria, pelo que não é impossível que as informações recolhidas para efeitos políticos ou económicos sejam utilizadas contra outros Estados da NATO.

O Echelon poderá constituir, sem dúvida, um perigo para as liberdades fundamentais, suscitando numerosos problemas neste contexto que requerem respostas adequadas. Será ilusório pensar que os países membros do Echelon cessarão as suas actividades. Antes pelo contrário, diversos indícios levam a crer que tenha sido criado um novo sistema com novos parceiros, a fim de superar as limitações do Echelon recorrendo a novos meios.

Pergunta de 23.2.2000

Em 23.2.2000, o Deputado Georges Sarre apresentou, na Assembleia Nacional, uma pergunta ao Governo sobre o Echelon, em que perguntava de que forma o Governo tencionava reagir ao Echelon.

A Ministra da Justiça, Elisabeth Gigou, respondeu que o Echelon foi de facto criado pelos EUA com a ajuda do Reino Unido, do Canadá, da Austrália e da Nova Zelândia e com o objectivo de recolher informações militares sobre eventuais inimigos. Uma vez que parece que a rede é actualmente utilizada para efeitos de espionagem industrial, há que estar particularmente atento.

Pergunta

No Senado, o Senador Xavier de Villepin, dirigiu ao Ministro dos Negócios Estrangeiros uma pergunta sobre o Echelon.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros, Hubert Védrine, respondeu que a nova orientação do Echelon para a espionagem industrial, descrita num estudo do STOA, constitui motivo de grande preocupação para o Governo. As possibilidades de espionagem multiplicaram-se ainda mais mercê das lacunas existentes a nível da segurança do intercâmbio de dados nas redes informáticas. O Governo adoptou diversas medidas para garantir a protecção contra estes riscos. Decidiu, por exemplo, revogar as restrições legais aplicáveis à criptagem até 128 bites. É necessário sensibilizar os utilizadores para a vulnerabilidade inerente às tecnologias da informação, a fim de promover a utilização de meios técnicos de protecção da informação. Esta é igualmente a missão de um novo centro de vigilância, prevenção e segurança encarregado de coordenar os esforços envidados pelas autoridades para fazer frente a ataques informáticos, de transmitir conhecimentos técnicos aos responsáveis pela informática e de prestar apoio activo aos responsáveis pela segurança em caso de ataque.

Além disso, o Ministro dos Negócios Estrangeiros referiu as diversas negociações encetadas a nível internacional para obviar às possibilidades de utilização abusiva das tecnologias da informação. Num ambiente tecnológico que não conhece fronteiras, é necessário definir um quadro jurídico internacional. Trabalhos sobre este domínio estão em curso no seio do Conselho da Europa e no âmbito do G8. Têm como objectivo definir um quadro jurídico preciso para a actividade dos serviços nacionais no que se refere à soberania de cada um dos Estados e à protecção dos direitos do Homem, das liberdades democráticas e da vida privada.

Pergunta de 28.3.2000

Respondendo a uma pergunta do Senador Jacques Legendre, o Ministro da Defesa pronunciou-se igualmente sobre o Echelon aquando da sessão de 28.3.2000.

O Ministro da Defesa, Alain Richard, referiu igualmente os múltiplos riscos inerentes às redes de informação e salientou, em particular, que a ligação de redes internas a redes públicas aumenta as possibilidades de acesso a dados sensíveis.

O Ministro da Defesa salientou que, em França, todo o atentado contra a vida privada se encontra suficientemente protegido, quer do ponto de vista do direito penal quer do direito administrativo. É, porém, indispensável que a administração e as empresas desenvolvam uma cultura de protecção de informações sensíveis, nomeadamente no domínio das transmissões por satélite. Referiu igualmente a liberalização supracitada da regulamentação legal da criptagem e anunciou que o Governo está a preparar novas medidas de protecção das informações industriais.